

## **SIM EU POSSO: O FAZER-SE SOCIAL DO MST EM CAMPANHA DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS NO ALTO SERTÃO DE ALAGOAS EM 2017.**

Aline Oliveira da Silva,<sup>1</sup> Ricardo Santos de Almeida.<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Alagoas, [allinneholiveira@gmail.com](mailto:allinneholiveira@gmail.com), <sup>2</sup>Universidade Federal de Alagoas, [ricardo.almeida@igdema.ufal.br](mailto:ricardo.almeida@igdema.ufal.br)

### **Resumo:**

Este trabalho tem como intuito analisar a experiência da campanha nacional de alfabetização, fomentada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), na microrregião do Alto Sertão de Alagoas em 2017, nos municípios de Delmiro Gouveia, Olho D'água do Casado e Piranhas. Os resultados aqui elucidados compreendem os seguintes pressupostos metodológicos: revisão bibliográfica; aplicação e análise de questionários e desenvolvimento e análise das ações desenvolvidas no âmbito da campanha nacional de alfabetização que se objetivou por amenizar os índices de analfabetismo da classe popular dos municípios contemplados. Analisamos o *modus operandi* da metodologia cubana utilizada para erradicar o analfabetismo, método este baseado a partir da educação popular, em contraponto às práticas pedagógicas da escolar regular. O fazer-se dessa experiência contribuiu para a alfabetização de trabalhadores rurais e urbanos destes municípios citados, permitindo-lhes o conhecimento da decodificação dos símbolos da escrita e leitura, para homens e mulheres comuns, que não tiveram a oportunidade do direito a educação na idade própria.

**Palavras-chave:** Analfabetismo; Educação popular; Movimento social.

### **Introdução**

Partindo do pressuposto que a educação é um instrumento importante para a formação do indivíduo, para a construção da emancipação humana em sua plenitude, sendo um direito assegurado a todos os cidadãos mediante a Constituição de 1988. No que corresponde as pessoas que não conseguiram frequentar a escola no período da idade própria, é dever do Estado ofertar a oportunidade de acesso à escola, para esses sujeitos, como destaca o artigo 37 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/96) que garante o direito a educação aos jovens, adultos e idosos que não conseguiram acessar a escola na idade própria, “educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.” (LDBEN/96, p.30)

De acordo com a LDBEN/96 os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente oportunidades educacionais a partir da particularidade que esses sujeitos estão expostos e o poder público estimulará a permanência desses sujeitos na escola. O parecer da CNE/CEB 11/2000 aponta que a Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI) tem uma função reparadora, enfatizando que não se trata apenas do início da

formação escolar, é a reparação de um direito negado, mas o direito de educação de qualidade, um direito fundamental a qualquer cidadão.

Segundo dados de 2014 da United Nation Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) o Brasil ocupa a oitava posição na lista dos países com maiores índices de analfabetismo, revelando uma problemática da educação brasileira que tarda em ser sanada. As pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE/2016) apontam que a taxa de analfabetismo no Brasil é de 7,2% em 2016 (o que correspondia a 11,8 milhões de analfabetos), os índices aumentam de acordo com as regiões do país, o Nordeste apresentou a maior taxa de analfabetismo 14,8% e outros fatores como: raça e renda per capita que aprofundam esta condição. Os dados lançados por essas instituições assinalam a negação do direito a educação ou a precariedade do acesso à mesma por parte da população brasileira, um bem social simbolicamente importante.

A negação do direito ao acesso à educação gratuita e de qualidade, desencadeia a organização social da população, para Gonh (2010, p, 346) “lutas e movimentos pela educação tem caráter históricos, abrangem lutas por direitos e fazem parte da construção da cidadania”. Os movimentos sociais buscam a universalização da educação e que esta seja menos excludente, que possua um caráter emancipatório e não tenha como principal objetivo as necessidades do mercado, mas que seja norteada a partir da ótica social popular.

Em contrapartida a essa realidade da educação brasileira, foram construídos grupos de estudos e métodos de alfabetização em paralelo às iniciativas governamentais, com estruturas pedagógicas diferentes da escola tradicional. Um dos métodos conhecidos e sucedidos no Brasil é o círculo de cultura, organizado por Paulo Freire por volta da década de 1960. A pedagogia construída por Freire tinha como ideia a liberdade, como destaca Weffort (1967, p. 08) “a compreensão desta pedagogia em sua dimensão prática, política ou social, requer, portanto, clareza quanto ao aspecto fundamental: a ideia de liberdade”. A luta do homem pela emancipação, enquanto sujeito protagonista das suas ações.

Assim como a experiência humanística da cultura, como uma aquisição da ação humana, atribuída a pedagogia de Freire (1967, p. 108) no qual o aprendizado da leitura e da escrita, por parte do alfabetizando o faz “entender o seu papel no mundo, como sujeito e não como mero objeto.” O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), movimento social que também luta pela universalização da educação, no tocante a EJAI, vem organizando as brigadas nacionais de alfabetização, que para o setor de educação de Alagoas tem como objetivo a alfabetização da classe popular e expandir essa experiência em outras regiões.



Que tem como principal objetivo a alfabetização do povo que teve esse direito negado no campo ou na cidade. Uma ação coordenada e realizada pela militância do MST, que busca constituir-se como uma ação a inspirar outros estados nessa trincheira, seja com parcerias externas ou sem parcerias. (Sistematização da Brigada Nise da Silveira, documento em elaboração).<sup>1</sup>

A partir do método de alfabetização baseado nos princípios da educação popular e nas experiências pedagógicas sucedidas por Freire, e entre outras, de acordo com o portal web do MST, em setembro de 2017 o movimento realizou um ato de lançamento da campanha nacional de alfabetização em Alagoas, abrangendo as cidades de Delmiro Gouveia, Piranhas e Olho D'água do Casado, alfabetizando jovens e adultos dos assentamentos e bairros periféricos destes municípios sertanejos.

A experiência da campanha de alfabetização é o fazer-se social de um movimento, que almeja amenizar as marcas deixadas, dos direitos negados historicamente pelo Estado, neste caso a educação. O fazer-se, observado por Thompson, na tessitura da consciência dos trabalhadores ingleses do século XVIII, evidencia a capacidade que os trabalhadores e os movimentos sociais de romperem com as condições impostas, sendo então, constituídos a partir das experiências construídas em torno de suas estratégias de resistências. Desta forma, os sujeitos que compuseram a campanha nacional de alfabetização, não apenas compartilharam vivências, práticas e discussões, como também horizontes e expectativas políticas comuns.

Portanto, buscamos valorizar essa experiência de alfabetização popular, através da memória individual e coletiva e das discussões bibliográficas sobre a alfabetização popular, como uma alternativa em contraponto o adiamento da efetivação da política da EJA.

A pesquisa foi desenvolvida a partir da metodologia de uma pesquisa quantitativa, ou seja, por meio da aplicação de questionários junto aos integrantes do setor de educação do MST em Alagoas, que compuseram a campanha nacional de alfabetização. Bem como, o estudo da historiografia produzida a respeito do tema de Educação de Jovens, Adultos e Idosos, legislações educacionais e movimentos sociais.

## **Educação Popular**

A campanha nacional de alfabetização ocorre em paralelo a educação formal, com características da educação popular, cujo método de alfabetização tem por objetivo o

---

<sup>1</sup>SETOR DE EDUCAÇÃO DE ALAGOAS. **Sistematização da Brigada Nise da Silveira**. Janeiro de 2018.

desenvolvimento da leitura e da escrita pelo trabalhador rural e urbano e posteriormente a leitura do mundo. Brandão caracteriza a educação popular como:

Uma educação para o povo, e uma educação que o povo cria. Que ele produz ao transitar – não porque educa entre educadores, mas porque inclui a educação popular no trabalho político de educar ambos- de sujeito econômico a sujeito político. (BRANDÃO 2009, p. 49)

É um projeto de educação construída a partir da organicidade das classes populares, saberes acumulados a partir da experiência destes movimentos, que se contrapõe a ordem social dominante, aos saberes transmitidos na escola regular, que não contribui para a rupturas das formas de opressão existente na sociedade.

De acordo com Freire (1967, p. 106) “a educação tem que moldar-se a realidade do alfabetizando, integrada ao tempo e espaço, elevando o homem a refletir sobre a sua vocação de sujeito.” Desta forma, pressupõe que esta modalidade de alfabetização, não está moldada pelos princípios compensatórios da educação formal, mas tem por objetivo elevar a consciência dos sujeitos e a leitura do mundo a partir dos símbolos da escrita, uma educação que contribua para emancipação do homem.

A organização da campanha de alfabetização em Alagoas, foi fomentada a partir de outras experiências de alfabetização popular como destaca o setor de educação de Alagoas,

A Brigada em Alagoas foi inspirada nas brigadas de alfabetização de processos revolucionários como aconteceu em Cuba, na Nicarágua, na Educação Popular. Também inspirada no método de alfabetização de Paulo Freire e pela experiência adquirida pelo MST com a EJA e nas brigadas do Maranhão, Ceará e Bahia. (Sistematização da Brigada Nise da Silveira, documento em elaboração).<sup>2</sup>

A experiência da campanha nacional de alfabetização traz a alusão as discussões das políticas da EJAI, promovendo discussões com o conjunto da sociedade sobre a implementação destas políticas educacionais, que tarda em chegar nas zonas periféricas e no campo, e quando são aplicadas esbarram na burocracia institucional, da quantidade de alunos por turma e as salas de aulas distante da realidade dos sujeitos que compõe esta modalidade. Como enfatiza a entrevistada Marcela Nunes, integrante do setor de educação de Alagoas,

O governo estadual e municipal, não cumprem as diretrizes voltadas para EJA, não abrem turmas nos locais de residência dos trabalhadores rurais e urbanos. Quando há a inscrição de matrículas para EJA, as salas de aulas são distantes

---

<sup>2</sup>SETOR DE EDUCAÇÃO DE ALAGOAS. **Sistematização da Brigada Nise da Silveira**. Janeiro de 2018.

das residências, o que contribui para a exclusão do acesso à educação da classe trabalhadora.<sup>3</sup>

Como também, abordando a educação popular, como uma alternativa de educação as classes populares, a partir de outras relações pedagógicas. Na educação popular há uma ênfase na liberdade, como destaca Weffort (1967, p. 04) “A visão da liberdade tem nesta pedagogia uma posição de relevo. É a matriz que atribui sentido a prática educativa que só pode alcançar efetividade e eficácia na medida da participação livre e crítica dos educandos”. As relações pedagógicas exercidas na educação popular, partem do pressuposto que os sujeitos são livres, e por isso o respeito a autonomia do educando é fundamental, para o exercício do diálogo, entre o educador e o alfabetizando. A tarefa do educador é mediar as aulas, as turmas são coordenadas por jovens, que não exercem a tarefa de “professor”, mas a de coordenar as tarefas, valorizar a subjetividade de cada alfabetizando e o local a qual ele está inserido.

No que se refere aos sujeitos que compuseram a campanha, consistem em trabalhadores urbanos e rurais, que compartilhavam da mesma realidade de exclusão ao acesso à educação, compondo então, os índices de analfabetismo do Estado brasileiro. Trabalhadores que não tiveram a oportunidade de ir à escola na idade certa e continuam não tendo acesso as políticas educacionais da EJAI, seja pela esfera federal, estadual ou municipal. A entrevistada Andreza Alves que compôs a coordenação da campanha de alfabetização expõe os perfis dos alfabetizando:

Os educandos eram homens e mulheres comuns, sertanejos que não tiveram a oportunidade de ir à escola. Muitos porque tinham que ajudar os pais na roça, no sustento de casa, outros porque não tinha escola perto de suas casas e algumas mulheres porque os pais / maridos não deixavam. E enxergaram na campanha de alfabetização a oportunidade de aprender a ler e escrever.<sup>4</sup>

O segundo relatório da UNESCO (2014, p. 19) afirma que “a alfabetização é um componente essencial do direito à educação conforme reconhecido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos. O direito à alfabetização apoia a consecução de outros direitos humanos.” A partir da alfabetização homens e mulheres, aumentam a capacidade de buscarem a emancipação humana, interpretar a realidade, assimilar outras habilidades.

---

<sup>3</sup>NUNES, Marcela. **Questionário campanha nacional de alfabetização “sim, eu posso!”** aplicado por Aline Oliveira da Silva em 05/05/2018.

<sup>4</sup>ALVES, Andreza Silva. **Questionário campanha nacional de alfabetização “sim, eu posso!”** aplicado por Aline Oliveira da Silva em 05/05/2018.



## Método Sim, eu posso!

A metodologia de ensino utilizada na campanha de alfabetização, consiste no método de alfabetização cubano, para erradicar o analfabetismo. Segundo Oliveira (2012) o método Sim, eu posso! foi desenvolvido em Cuba na década de 60, com o objetivo de superar os índices de analfabetismo naquele país, ferramenta proposta e desenvolvida pelo governo revolucionário. Para Rodriguez (2011, p.45) “as ideias que permearam a campanha de alfabetização cubana, advinha das ideias da revolução, a necessidade que o povo consiga atingir a plenitude humana, por meio da educação.”

Posteriormente a aplicação e alcance dos resultados do método "Yo sí puedo" em Cuba, outros países da América Latina empregaram a metodologia, com o objetivo de obter um território livre do analfabetismo. Dentre eles Bolívia, Equador, Nicarágua e Venezuela que foi declarada pela UNESCO como país livre do analfabetismo, como destacou em reportagem o portal da web O Globo “A Venezuela foi declarada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), no ano passado, país livre do analfabetismo.”

O método de alfabetização no decorrer das experiências desenvolvidas tanto na América Latina e em outros continentes contabilizam cerca de 3,5 milhões de pessoas alfabetizadas, como destacou em reportagem o portal da web Brasil de Fato “Método cubano já alfabetizou 3,5 milhões de pessoas na América Latina e na África”.

No Brasil, há cerca de uma década o MST vem trabalhando de forma solidária através da utilização do método cubano Sim, eu Posso! para alfabetizar também brasileiros e brasileiras que não fazem parte dos acampamentos e assentamentos da reforma agrária, por meio das brigadas nacionais de alfabetização. (Sistematização da Brigada Nise da Silveira, documento em elaboração).<sup>5</sup>

Deste modo, o método de alfabetização Sim, eu posso! é composto por uma telenovela, subdividida em 65 vídeos aulas, as turmas são compostas por um número reduzido de alfabetizando/as que observam atentamente cada capítulo e paulatinamente memorizam os conteúdos abordados, a cada vídeo aula vão se aproximando das letras do alfabeto, que são decodificadas por números. A singularidade da metodologia cubana, no qual, as letras do alfabeto são codificadas por números, o alfabetizando/a consegue assimilar os números com facilidade, essa decodificação das letras através dos números, auxilia na agilidade da junção

---

<sup>5</sup>SETOR DE EDUCAÇÃO DE ALAGOAS. **Sistematização da Brigada Nise da Silveira**. Janeiro de 2018.

dos numerais e posteriormente na formação e leitura de palavras e frases. Além das especificidades, na compreensão do letramento, as aulas são mediadas a partir da inserção de poemas, músicas, metodologias utilizadas nas místicas produzidas pelo MST, onde se retrata uma ideia política a partir da arte.

A avaliação é realizada gradativamente, comparando as habilidades que o alfabetizando/a já continha e seu aperfeiçoamento a partir do método, não utilizando parâmetros avaliativos da escola regular de ensino para mensurar a aprendizagem do alfabetizando/a, a avaliação consiste na decodificação das letras e finalmente na escrita e leitura de uma carta pelo alfabetizando/a sem auxílio do educado/ar.

No que diz a respeito à formação, os educadores passaram por periódicos seminários pedagógicos, para que pudessem compreender as especificidades do método, para destrinchar a metodologia, os tempos educativos e assimilar os parâmetros avaliativos.

#### **Foto 1: Formação com os educadores/educadoras**



Fonte: Comunicação MST (2017).

Além do caráter formativo, os seminários pedagógicos continha o objetivo de avaliar o andamento da campanha de alfabetização, a implementação do método, a apreensão dos conteúdos por parte dos alfabetizando/as, discutir e avaliar os motivos da evasão das turmas no decorrer da campanha. Dentre os entraves da evasão por parte dos alfabetizando/as destacam-se fatores de saúde e de preconceito, como menciona o entrevistado Yang da Paz membro da campanha nacional de alfabetização “os fatores que influenciaram a desistência, são: dificuldades para enxergar, o cansaço do trabalho, o

machismo (ex-marido não deixar as companheiras irem a aula), problemas de saúde”.<sup>6</sup>

A campanha nacional de alfabetização recebeu o nome de Nise da Silveira (1905- 1999), homenageando a psiquiatra alagoana que revolucionou o tratamento da loucura no Brasil, enxergando a riqueza dos sujeitos ditos loucos pela sociedade. De acordo com os dados de sistematização da brigada de alfabetização, foram 57 turmas formadas, no qual estavam distribuídas nos três municípios em áreas de Assentamento e Acampamento (28), Povoados da zona rural (8) e em bairros urbanos periféricos (21), totalizando 36 turmas na zona rural e 21 na zona urbana, com a participação de jovens, adultos e idosos.<sup>7</sup> As salas de aulas funcionaram nos locais próximos e de fácil acesso a residência dos alfabetizando/as, sendo então mediadas em escolas, varandas e Igrejas.

**Foto 2: Turma da educadora Geizi Santos no distrito de Piau- Piranhas**



Fonte: Andreza Alves 2017.

A brigada nacional de alfabetização Nise da Silveira, conteve três meses de atuação, com a participação dos jovens educadores/educadoras assentados da reforma agrária advindos das diversas regiões do país, entre elas: PE, BA, CE, AL, SP, DF, PR e RS. Os educadores populares vieram para Alagoas, com intuito de amenizar os índices de analfabetismo no estado, a partir de uma ação coletiva. Estes jovens compartilharam e apreenderam saberes no sertão de Alagoas, como destaca Yang da Paz:

---

<sup>6</sup>FARIAS, Yang da Paz. **Questionário campanha nacional de alfabetização “sim, eu posso!”** aplicado por Aline Oliveira da Silva em 03/05/2018.

<sup>7</sup>SETOR DE EDUCAÇÃO DE ALAGOAS. **Sistematização da Brigada Nise da Silveira.** Janeiro de 2018.





O método de alfabetização de jovens e adultos, continha o princípio de solidariedade. Os educadores eram jovens da reforma agrária, educadores populares de diversas regiões do país. Cada um com a sua especificidade compartilhou saberes e adquiriu saberes tradicionais do povo sertanejo, a partir do diálogo durante as aulas, pois os saberes que os alfabetizados trazem consigo tem que ser valorizado.<sup>8</sup>

Para Brandão (2008, p. 24) “a educação popular contém trocas nas relações pedagógicas de teor político, realizado através do trabalho com a classe popular, que são compreendidos não como beneficiários no processo, mas como emergente protagonista do processo educacional.” As relações estabelecidas a partir do método perpassam o respeito e valorização da pluralidade de saberes, dos costumes e tradições que homens e mulheres trazem para a sala de aula, suas experiências sociais construídas a partir do meio social a qual estão inseridos.

**Foto 3: Cerimônia de formatura na cidade de Delmiro Gouveia.**



Fonte: Comunicação MST (2017).

A brigada nacional de alfabetização Nise da Silveira foi encerrada com a cerimônia de formatura, organizada pelos MST no 26º encontro estadual, onde o movimento comemorou os 30 anos de luta pela reforma agrária e celebrou a primeira ocupação de terra fomentado pelo MST no sertão de Alagoas, na cidade de Delmiro Gouveia. Participaram da cerimônia 266

<sup>8</sup>FARIAS, Yang da Paz. **Questionário campanha nacional de alfabetização “sim, eu posso!”** aplicado por Aline Oliveira da Silva em 03/05/2018.

alfabetizando/as dos quais 191 mulheres e 75 homens,<sup>9</sup> jovens, adultos e idosos, trabalhadores urbanos e rurais, dentre eles 176 concluíram o processo de alfabetização lendo e escrevendo.<sup>10</sup>

Conforme o segundo relatório da UNESCO (2014, p.10) “a alfabetização e o desenvolvimento da alfabetização ocorrem antes, durante e após o ensino primário, dentro e fora da escola, e por meio da aprendizagem formal, não formal e informal” e portanto, a alfabetização não tem normas burocráticas para ser efetuada, ela deve ser um mecanismo que permita homens e mulheres adquirirem a compreensão do mundo a partir da leitura e da escrita ao longo da vida.

### **Considerações Finais**

A campanha nacional de alfabetização organizada pelo MST no sertão de Alagoas, revela as contradições das políticas públicas educacionais no Brasil, pressupondo as precariedades na implantação do direito a educação aos trabalhadores rurais e urbanos que não tiveram oportunidade de estudar na idade certa.

A universalização da educação é um direito negado historicamente à classe trabalhadora, as iniciativas desenvolvidas pelos movimentos sociais, no tocante o MST, aponta como esses movimentos buscam meios para contribuir com erradicação do analfabetismo no Brasil e debater com a sociedade sobre o tema da alfabetização, um direito ainda negado a milhões de trabalhadores.

Seja por meio da educação popular ou formal, é necessário que todos os cidadãos possam gozar o direito de ler e escrever e que possa emancipar-se ao poder decodificar os símbolos da escrita e leitura. A experiência da campanha de alfabetização no sertão de Alagoas é uma iniciativa para amenizar os índices de analfabetismo, aludindo o estilo de educação que a classe popular almeja.

### **Referências**

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação popular?** Disponível em: <<http://ifibe.edu.br/arq/201509112220031556922168.pdf>>. Acesso em: 14 mai. 2018.

---

<sup>9</sup>SETOR DE EDUCAÇÃO DE ALAGOAS. **Sistematização da Brigada Nise da Silveira**. Janeiro de 2018.

<sup>10</sup> FARIAS, Yang da Paz. **Questionário campanha nacional de alfabetização “sim, eu posso!”** aplicado por Aline Oliveira da Silva em 03/05/2018.

BRASIL. Lei nº 9.394 de 1996. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em:

<[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei\\_de\\_diretrizes\\_e\\_bases\\_1ed.pdf?sequence=1](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 14 mai. 2018.

BRASIL DE FATO. Disponível em: < <https://www.brasildefato.com.br/2018/02/07/metodo-cubano-ja-alfabetizou-35-milhoes-de-pessoas-na-america-latina-e-na-africa/>> acesso em 24/08/2018 as 15h57 min.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Disponível em <<http://www.mst.org.br/2017/09/15/mst-lanca-campanha-de-alfabetizacao-no-sertao-de-alagoas.html>> acesso em 27/07/18 as 15h54min.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO: **Parecer CNE/CEB 11/2000**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb011\\_00.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb011_00.pdf)>. Acesso em: 14 mai. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PELA EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Relatório de monitoramento global de educação para todos**. 2014, Paris-França. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002256/225654por.pdf>>. Acesso em: 14 mai. 2018.

OLIVEIRA, Regina Alves; GIMENES, Renata Santos. O projeto alfabetizador inclusivo de cuba e as propostas freireanas no Brasil. **Revista Pandora no Brasil**. n. 41. Abril de 2012. Disponível em: <[http://revistapandorabrasil.com/revista\\_pandora/educacao\\_comparada/cuba.pdf](http://revistapandorabrasil.com/revista_pandora/educacao_comparada/cuba.pdf)>. Acesso em: 10 jul. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PELA EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Segundo relatório global sobre aprendizagem e educação de adultos**. Brasília: UNESCO, 2014, 165 p.

O GLOBO. **Modelo educacional cubano erradicou analfabetismo na Venezuela é usado no Brasil**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/modelo-educacional-cubano-erradicou-analfabetismo-na-venezuela-e-usado-no-brasil-4598122>>. Acesso em: 24 ago. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/educacao/17270-pnad-continua.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 14 mai. 2018.

GONH, Maria Glória. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. In: 33º Reunião anual da ANPED. Caxambu- MG, 17 a 20 de outubro 2010.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática para liberdade**. Paz e terra: Rio de Janeiro, 1967.

RODRIGUEZ, Justo Alberto Chávez. **A educação em Cuba entre 1959 e 2010**. Estud. av. v. 25, n. 72. São Paulo May/Aug. 2011.



ALVES, Andreza Silva. **Questionário campanha nacional de alfabetização “sim, eu posso!”** aplicado por Aline Oliveira da Silva em 05 mai. 2018.

NUNES, Marcela. **Questionário campanha nacional de alfabetização “sim, eu posso!”** aplicado por Aline Oliveira da Silva em 05/05/2018.

FARIAS, Yang da Paz. **Questionário campanha nacional de alfabetização “sim, eu posso!”** aplicado por Aline Oliveira da Silva em 03 mai. 2018.

SETOR DE EDUCAÇÃO DE ALAGOAS. **Sistematização da Brigada Nise da Silveira.** Janeiro de 2018.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade.** Tradução: Denise Botmann. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.